Entrevista

Prof. dr. Ivan MANOEL (UNESP-Franca)
realizada por Julio BENTIVOGLIO (UFG-CAC)

Como foi seu encontro com a História?

Encontrei-me, primeiro com o Curso de História, depois com a historiografia e, finalmente com a história. Explico. Como filho de operário, não podia estudar fora de minha cidade - Assis - por falta de recursos financeiros. Também, somente poderia estudar à noite, porque trabalhava durante o dia. Assim, por exclusão, restou-me a possibilidade de estudar História, na Unesp, Campus de Assis, de 1972 a 1976. No Curso de História conheci a historiografia, isto é, os livros escritos sobre a história humana. Foi um encantamento descobrir coisas novas, redescobrir coisa que julgava conhecer, entender o que já sabia, me inteirar de detalhes sobre fatos que considerava fascinantes. Alguns exemplos são esclarecedores: descobrir a forte atuação da Escola Superior de Guerra na derrubada de João Goulart foi um abalo. Afinal, eu tinha vindo de uma escola secundária onde nos ensinavam que a Revolução fora um ato saneador exigido pela sociedade, toda ela abalada pela forte presença do comunismo trazido pelos agentes de Moscou. Não se falava do longo tempo de maquinações para o golpe de Estado, que remontava certamente ao ano de 1954, quando Getúlio Vargas optou pelo suicídio para não ser apeado do poder pelas artimanhas da UDN, dos militares e outras forças reacionárias. Assim, também foi um abalo para mim, vindo de uma família em que a maioria dos homens era Congregado Mariano, descobrir que houvera forte conjunção das forças militares com as forças reacionárias do catolicismo conservador, particularmente os Congregados Marianos, em Belo Horizonte. Percebi então que ser historiador seria uma realização, uma satisfação. Por isso, tracei um plano de trabalhos para conseguir realizar o projeto de também, um dia, poder, não somente estudar, mas escrever textos de história. Penso ter conseguido realizar esse projeto. O encontro com a história, isto é, com o processo histórico se deu ao longo do tempo, quando dispondo de informações e conhecendo alguns fatos históricos e, ao mesmo tempo, dispondo de um instrumental teórico, passei a me perceber como parte integrante do processo da história. Durante muito tempo, mesmo sabendo teoricamente que a história humana é feita pelo conjunto dos homens e a todo instante de nossas vidas, não conseguia sentir essa pertença ao processo histórico - era como se a história fosse algo exterior a mim, algo que, de tão objetivo, fosse extrínseco, não só a mim, mas a todos os homens, que ela fosse apenas algo que já acontecera e mais nada, no máximo objeto de conhecimento. Meu encontro com a história foi o encontro não teórico, porque esse já acontecera, mas, apelando para uma licença literária, um encontro sensório motor com o conceito de todo e partes, isto é, saber-nos históricos e saber-me histórico, a alegria imensa de entender que minha história pessoal somente foi possível nos marcos da "macro história", mas que com ela não se confundiu e não se confunde. Isso significava saber que minha família somente pode sair da Itália e vir para o Brasil nos marcos do processo imigratório do fim do século XIX e início do Século XX, mas, no entanto, saber também que a história pessoal do avô Luigi, da avó Mariana, da avó Antônia, do tio Angelin, do tio Abílio, da tia Assunta, etc. era uma história pessoal, distinta do processo histórico geral, mas condicionada por ele. Mas, encontrar-me com a história foi adquirir a capacidade de entender (ao menos entender em parte) as grandes transformações por que passa o mundo. Não me refiro apenas às transformações nos jogos do poder (aliás, ainda é um viés presente em muitos historiadores considerar como transformação apenas as mudanças do e no poder). Penso muito e me encanta muito entender o processo das revoluções científicas, tecnológicas e culturais. Manuel Moreno Fraginals, historiador cubano, em um artigo publicado em 1969, denominado *A História como arma*, conclui dizendo que quem não for capaz de entender o universo (científico, tecnológico, etc.) que se esconde atrás de um simples grão de milho híbrido, não serve para ser historiador. O universo de transformações científicas, tecnológicas e mesmo culturais que se escondem atrás da engenharia genética, das pesquisas espaciais, dos avanços vertiginosos da informática, das pesquisas com as células tronco, é quase incomensurável.

Pense-se, por exemplo, no abismo cultural que há entre as condenações às descobertas de Galileu e as viagens espaciais, ou no abismo entre as condenações medievais às pesquisas anatômicas e as pesquisas com células tronco e os transplantes de órgãos! Essas transformações científicas, essas verdadeiras revoluções abriram novas perspectivas de vida para o homem. A aplicação dessas descobertas, tanto na medicina, quanto na agropecuária, ampliaram a própria expectativa de vida gerando, ao mesmo tempo, como contradição, o envelhecimento médio da população. Tudo isso é a própria história do homem, e não apenas os jogos do poder.

Fale sobre sua trajetória acadêmica e profissional.

Minha formatura foi em 1976. Logo em seguida consegui emprego na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Dourados e na Faculdade de Direito de Dourados. Depois, em 1978, trabalhei na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santa Cruz do Rio Pardo e, finalmente, na Unesp, campus de Araraquara (graduação em Pedagogia); Assis (Graduação e Pós-Graduação em História), Marília (Pós-Graduação em Educação), Bauru (Graduação em Comunicação Social e Arquitetura) e, atualmente, Franca (Graudação e Pós-Graduação em História). Na rede pública e privada de ensino fundamental e médio (ou primeiro e segundo graus, como se dizia então), trabalhei em Dourados (EEPG Antônia da Silveira Capilé e EEPSG Menodora Fialho de Figueiredo), Maracaí (EEPSG José Gonçalves de Mendonça), Assis (EEPSG Carolina Francini Burali e Seminário Diocesano Santo Antônio) e Araraquara (EEPG Prof. Victor Lacôrte). Fiz Mestrado em Educação na Universidade Federal de São Carlos (1980 – 1982), Doutorado em História Social, na USP (1085 – 1988) e Livre-Docência em História do Brasil, na Unesp (1998). Desde 1984 participo da administração da Unesp: Conselho de Departamento (Araraquara, Bauru e Franca), Coordenador do Curso de Comunicação Social (Bauru), Coordenador do Curso de Graduação em História (Franca), Coordenador do Curso de Pós Graduação em História (Franca). Diretor da FAAC- Bauru, Vice Presidente do Campus Universitário de Bauru, Presidente do Conselho Diretor da Rádio e T.V. Universitária da Unesp (Bauru), Vice Diretor (Franca). Órgãos Colegiados: Congregação FCL – Araraquara, FAAC- Bauru, FHDSS- Franca. Conselho Universitário, Conselho de Ensino e Pesquisa da Unesp (CEPE), Conselho de Administração da Unesp (CADE). Participei da direção da revista ***História***, da Unesp, sendo seu Diretor em uma das ocasiões. Pertenço ao Conselho Editorial (ou Consultivo) de várias outras revistas (Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul). Sou Relator Ad Hoc da FAPESP, CNPq, FAPEMIG e outros. Enfim, faço tudo quanto cabe a um acadêmico.

Como você avalia a produção historiográfica recente no Brasil? O que poderia dizer a respeito da predominância de certas abordagens?

Não me sentiria confortável respondendo a uma questão dessa amplitude: uma resposta sustentável exigiria que eu conhecesse toda a produção atual da historiografia brasileira e, mais ainda, que eu já a houvesse catalogado conforme as diversas especialidades em que hoje dividimos os estudos da história. No entanto, tendo já examinado um bom número de teses e dissertações em várias universidades brasileiras, dado pareceres sobre publicação de artigos e livros e comprado e lido alguns livros ao longo dos últimos anos, penso perceber alguns dados importantes. O mais importante deles, a meu juízo, é que conseguimos avançar, e muito, em relação àquilo que gosto de denominar "economicismo" vigente nos anos 60, 70 e boa parte de 80. A idéia vigente nas décadas acima apontadas, ao menos vigente nos cursos de história que eu conhecia então, era que somente seria possível entender a história humana pelas análises econômicas. Isto é, havia um reducionismo que estreitava a história humana apenas às questões do modo de produção e suas contradições. Nós, então alunos do Curso de História, chegávamos mesmo a pensar que todo o resto (idéias, artes, leis, religião, etc. etc. etc.) era apenas e tão somente o reflexo da infra-estrutura, de modo que nos dispensávamos do estudo desses outros elementos constitutivos da história do homem. Mais ainda, chegávamos mesmo a desconsiderar o próprio pensamento humano - o próprio pensamento seria também ele um mero reflexo do que se passava na base material. Assim, tudo quanto se referisse à

superestrutura, ou tudo quanto pudéssemos anotar sob a rubrica cultura, era sumariamente reduzido à condição de "ideologia". Coloco aspas porque a palavra ideologia era por nós empregada para designar um "falso pensamento", um pensamento insalubre, doente ou, mais precisamente, todo e qualquer pensamento em que não identificássemos os conceitos de infra-estrutura, sobre trabalho, luta de classes, etc. na acepção que, supúnhamos, fora empregada por Marx. Assim, por uma leitura superficial e enviesada do marxismo, reduzíamos a complexidade humana e sua necessariamente complexa história à simples condição de produção e reprodução da vida material - todos os atributos especificamente humanos (sonhos, ideais, gosto, estética, paixões, ambições, desprendimento, inveja, ira, etc. etc.) nós os ignorávamos ou, então, entendíamos que seriam produtos apenas da existência de sociedades de classes e, como tais, ou deixariam automaticamente de existir na sociedade sem classes, ou se transformariam também automaticamente. Chegávamos mesmo a negar a existência de problemas mentais e emocionais. Para nós eles seriam apenas reflexo da exploração capitalista ou, então, mera invenção para justificar a existência de profissionais ou especialidades médica e a venda de medicamentos. Quando não, entendíamos a psicologia, a psicanálise e a psiquiatria como instrumentos do Estado para dominar os trabalhadores. Não por acaso, entre nós fazia muito sucesso o livro de Althusser, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado.* Uma passagem curiosa: depois de muitos anos de minha formatura, encontrei-me com um amigo, colega de turma. Na conversa ele me disse que estava se preparando para fazer o Mestrado e o projeto proposto era sobe família. Mas, acrescentou à guisa de justificativa e explicação: *O projeto é sobre família, mas a análise vai ser o econômico mesmo!* A frase dita pelo amigo me incomodou muito! Será que, já nos anos 90, ainda se punham dúvidas sobre a necessidade de se explorar a formidavelmente rica tessitura da história do homem? Ora, o próprio Marx já alertara, em várias passagens e, principalmente, em suas cartas, bem como o próprio Engels, que, embora os fundamentos econômicos fossem determinantes em última instância, todos os outros componentes da história humana era igualmente importantes e, em alguns casos, eram os determinantes do movimento histórico. Em outras palavras, é do próprio marxismo a tese da autonomia relativa da superestrutura, de modo que a busca de respostas por meio de outros caminhos não invalida algumas das contribuições fundamentais do marxismo. Esse é o ponto fundamental, a consciência de que o marxismo é uma contribuição, é um conjunto de teses e interpretações fundamentais para o entendimento da história humana, mas não é a única e nem pode ser lido com vistas a um absoluto e à uma suposta inexorabilidade inerente ao processo histórico. Pelo que posso perceber, a historiografia brasileira, da segunda metade dos anos 80 em diante, com um certo atraso é verdade, se beneficiou muito com os novos caminhos apontados pela historiografia européia, a francesa em particular.

Suas linhas de pesquisa são Educação e História da Igreja. Comente um pouco seu trabalho.

A resposta a essa questão é praticamente a continuidade da anterior. Tenho dois grandes núcleos de interesses – a história do catolicismo no Brasil e a história da educação no Brasil. Entendo que as possibilidades para estudos em ambas as direções e, mais particularmente sobre o catolicismo, se abriram muito, a partir do abandono do estrito economicismo anteriormente predominante. As manifestações religiosas e, no meu caso, as manifestações do catolicismo, estão vinculadas às questões da superestrutura: são idéias e sentimentos religiosos, são manifestações de fé, portanto, são manifestações de idéias, crenças, ou seja, são construções estritamente mentais. É verdade que essas construções se materializam em instituições, no caso a Igreja Católica Romana, e toda instituição humana acaba se desdobrando em atitudes políticas, necessitam de recursos financeiros para sobreviverem, o que implica em estabelecimento de relações sociais, envolvendo a própria produção (a Igreja Católica Romana, por exemplo, acabou por se tornar latifundiária, na Europa e na América Latina – não saberia dizer se também na África e na Ásia.). As pesquisas acadêmicas sobre a história dessa instituição ganharam um espaço mais dilatado na Universidade, diria mesmo que ganharam o status de objeto de pesquisa nos últimos 25 anos. Não que, antes, não houvesse estudos sobre a instituição. Havia sim um interesse, mas que anoto sob três rubricas.

Primeiro, uma produção considerável, mas muito vinculada à própria instituição, seja por meio de historiadores da Igreja, seja por meio de historiadores católicos e vinculados aos diversos "movimentos" católicos. Segundo, uma produção acadêmica, muito restrita, às vexes bastante direcionada para uma contraposição à Igreja Católica, mas de caráter muito factual, profundamente analítica, mas sem grandes preocupações interpretativas. Terceiro, uma produção que vinculava a instituição católica do poder do Estado, sem buscar suas especificidades, o seu "em si". Por essa razão, não se estabeleciam objetos específicos de pesquisa. Os textos escritos se referiam a questões gerais da instituição e seu relacionamento com a sociedade e com o Estado e não se aprofundavam em pesquisas esclarecedoras sobre o modo como esse relacionamento se concretizava historicamente. Havia sempre exceções, é evidente. Por exemplo, há muito bons estudos sobre a Questão Religiosa, ao tempo de Pedro II. Mas, são poucos. Dos anos de 1980 em diante, houve uma ampliação desse universo: tenho lido e examinado teses, dissertações, livros e artigos bastante pontuais, que esclarecem os relacionamentos citados. Alguns exemplos: estudos sobre a posição do clero na Revolução Constitucionalista de 1932. Sobre a posição do clero diante da Ditadura Vargas. Sobre o envolvimento do clero católico na Revolução de 1964. Sobre o sistema educacional católico. Sobre a constituição da Ação Católica e, dentro dela, as atividades da JUC (Juventude Operária Católica). Os exemplos poderiam ser multiplicados. É evidente, pelo menos para mim é evidente, que essa abertura somente poderia ocorrer dentro de um contexto geral de abertura para novos objetos e novas metodologias. Isto é, quando se aceitou que a história do homem não se restringe apenas à história do modo de produção e à história das lutas pelo poder, mas é também a história de sua cultura, no sentido mais lato da palavra. A história, ou é do todo e das partes, ou não é de nada, uma vez que partes e todo não existem em si, isoladamente uns dos outros. Além do mais, na própria história cultural encontramos também os jogos do poder e as referências à vida material. Que se pense, a título de exemplo, nas músicas compostas em louvação à ditadura de Vargas, ou aos governos militares e, na contrapartida, nas músicas compostas justamente para a crítica e contestação a essas mesmas ditaduras, bem como assim no teatro e no cinema!

Em seu livro *O Pêndulo da História* você tece importantes reflexões sobre a temporalidade no âmbito do pensamento católico. Como vê a questão do tempo hoje para a História?

Não me sinto em condições de responder a essa questão. Na verdade tenho muita perplexidade em relação a esse tema no contexto atual. Explico. Embora o conceito de tempo tenha passado por profundas transformações, incluindo-se aí a Teoria da Relatividade, no que concerne às interpretações históricas, continuamos a operar com os conceitos tradicionais, vindos de Newton e Descartes. Tanto assim que continuamos a usar a tradicionalíssima Linha do Tempo e a clássica divisão da história em História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. É certo que muitos historiadores pensam na relatividade do tempo. Mas, que seja de meu conhecimento, ninguém propôs uma interpretação histórica fundamentada em novos conceitos relativos ao tempo. Mais do que isso – fico a me perguntar se a negação da teoria da progressividade na história, que se encontra em muitos autores ligados à Nova História, não sinalizaria, não um avanço em direção a novos conceitos, mas um retorno à teoria cíclica e repetitiva do processo histórico. Indo além, há mesmo uma denominação que me intriga – Pós-moderno. O que significaria isso – estaríamos nós vivendo realmente numa nova fase da história, superior ou diferente da modernidade? Isso leva a uma outra questão: a modernidade se esgotou? Mais ainda, a modernidade chegou a ser instalada? Não sei. Só sei que a minha perplexidade é muito grande.

Sempre que se fala em História da Igreja no Brasil, parte-se de uma abordagem sobre os "catolicismos", sobre a diversidade da Igreja católica no Brasil. Fale a respeito.

O primeiro ponto a ser posto em destaque é fato de não existir apenas uma Igreja Católica, mas sim 19. A Igreja Católica que conhecemos é a Romana, que tem predomínio no mundo ocidental, incluindo o Brasil. Existem outras, como, a Maronita, a Melquita, a Ortodoxa, a Copta, etc. Já essa pluralidade de catolicismos impede que se pense o catolicismo como monopólio da

Igreja de Roma. Mas, além disso, deve-se considerar que, dentro de cada uma das Igrejas existem "movimentos" e dentro de cada um dele existam tendências. Os "movimentos" são, em sua maioria, atividades pastorais dirigidas, como por exemplo, o TLC (Treinamento de Liderança Cristã), os Cursilhos de Cristandade, a Congregação Mariana, a Pia Associação das Filhas de Maria, o Apostolado da Oração, a Juventude Universitária Católica (JUC), etc. Em geral, os movimentos estão inseridos em projetos mais amplos de pastorais e política católica. Por exemplo, a JUC era um movimento dentro do projeto global da Ação Católica, cuja finalidade era a recristianização da sociedade ou, segundo a expressão do Papa Pio X, "Restaurare Omnia in Cristo". Outros movimento são, em si mesmo, propostas amplas de mudanças teológicas e ação pastoral. Por exemplo, a Teologia da Libertação. A Teologia da Libertação em seu sentido amplo era (ou ainda é) a proposta de se entender e interferir na história humana a partir de uma transformação no paradigma teológico, segundo o qual Deus, por estar comprometido com a história do homem, teria proposto, nos Evangelhos, mudanças estruturais da sociedade. Assim, a Teologia da Libertação criou movimentos como a Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude, Pastoral da Saúde, Comunidades Eclesiais de Base para promover a libertação do homem do jugo e da opressão do sistema econômico capitalista e, por meio disso, promover sua libertação espiritual. Na contrapartida, assistimos ao crescimento da Renovação Carismática Católica (RCC). Esse movimento amplo também tem uma proposta teológica, que consiste em retomar a idéia de Deus salvador no plano espiritual. É certo que a RCC não aceita as injustiças e a opressão do capitalismo (em alguns de seus dirigentes há até uma certa tendência petista), mas eles confiam nas orações como instrumento de libertação. Ora, tudo isso está no Brasil! Já por si essa situação complica, e em muito, a vida do pesquisador e, diria mais, a vida do próprio católico. Afinal, tudo não é catolicismo? Portanto, tudo não é igual? Bem, não é igual! Entre o conceito de Deus da Teologia da Libertação e conceito de Deus da Renovação Carismática Católica há muitas diferenças. A maior e mais importante delas é, segundo meu entendimento, a idéia de Deus como libertador social, em contraposição a idéia de Deus como libertador espiritual. A partir daí, aparecem as diferenças de métodos de ação – na Teologia da Libertação a releitura dos Evangelhos segundo um critério marxista e o envolvimento com a política partidária, que levaram à criação do PT no ano de 1980 e o atual envolvimento de uma parte do clero com o MST (que no Rio Grande do Sul se aloja no convento dos franciscanos, em Veranópolis), e na RCC a retomada do pentecostalismo, as devoções, os carismas, a glossolalia, os milagres, os sacramentos como formas de se proceder a libertação espiritual. Aparentemente inócua essa situação, ela se desdobra, no entanto, em uma profunda cisão política no catolicismo brasileiro, cisão nem sempre entendida pelo católico comum. De um lado, o discurso do envolvimento com a política como instrumento de implantação da justiça social, de outro, o discurso da prática devocional como instrumento de libertação espiritual e, por meio dela, da implantação da justiça! Entretanto, o ambiente se complica ainda mais pelas questões morais. No ambiente da Teologia da Libertação e seus desdobramentos, a aceitação de avanços científicos é maior do que no outros ambientes católicos. A própria questão do aborto é vista de maneira muito diferente. Existe até uma associação de mulheres católica em defesa do aborto em determinadas circunstâncias. Entretanto, nos outros ambientes católicos esse assunto é rejeitado de plana, indo ao limite de se condenarem as pesquisas científicas que por ventura possam estar referidas a esse tema – por exemplo, a condenação liminar das pesquisas com células tronco e o aborto de fetos anencéfalos. Como o católico se sente diante dessas cisões? Mais ainda, como se sentiria sabendo que a Igreja Católica Apostólica Romana se viu, em diversas ocasiões, compelida a pedir desculpas por seus atos, incluindo-se aí a própria revisão do processo inquisitório contra Galileu? Mas, além dessas questões, que se referem ao interior mesmo da instituição católica, há outras que se referem às questões culturais no Brasil. O Brasil é marcado profundamente pelo sincretismo religioso. Esse sincretismo não existe só pela convivência de diversos credos, mesmo antes do Decreto 119 – A, de fevereiro de 1890, concedendo liberdade de culto. Ele existe porque os diversos credos religiosos se interpenetram profundamente, sendo o mais visível a sincretismo do catolicismo com as religiões afro e o kardecismo. É verdade que as reformas do catolicismo romano, impostas pelo Papa Pio IX,

no século XIX, tiveram por objetivo disciplinar o catolicismo no mundo todo, e no Brasil em particular, subordinando todo o devocionário ao controle do clero e de Roma. Foi inútil. Posta assim a questão, fica evidente que o pesquisador da história da Igreja Católica no Brasil se vê diante de um emaranhado de fios que se entrelaçam, e a busca de respostas objetivas e verossímeis para as questões se torna bastante problemática. Um exemplo: quando se estudam as relações entre a Igreja Católica Romana, no Brasil, e o Estado brasileiro, fica sempre em aberto a questão de saber se o clero católico era ou não subordinado aos interesses do governo. Muito pensam que sim, pensando encontrar a resposta no Padroado Régio, vigente até 1890, e nas posições anticomunistas da Igreja, dos anos de 1930 em diante, que levaram aos acordos de D. Sebastião Leme, Arcebispo dói Rio de Janeiro, com Getúlio Vargas. Entretanto, o clero brasileiro não vinculou, em sua totalidade, ao governo Vargas. O clero paulista esteve franca e decididamente a favor da Revolução Constitucionalista de 1932. Na mesma direção de incertezas, vemos que o clero ligado à Teologia da Libertação sempre foi simpático às religiões afro, não encontrando nelas nada que pudesse merecer suspeita de satanismo, etc. Ao contrário, dentro de um espírito decididamente ecumênico, acabaram por adotar até rituais afro, ou indígenas, nas celebrações católicas. Ficou célebre uma foto de um bispo católico celebrando missa com trajes indígenas. Eu mesmo tive a oportunidade de assistir a uma palestra de um bispo sobre as religiões afro, e ele estava trajado de "pai de santo". No entanto, essa mesma atitude de abertura ecumênica leva a impasses dogmáticos e litúrgicos. Na diocese de D. Tomás Balduíno, por exemplo, houve (não sei se há ainda), a substituição do vinho e do pão não fermentado (a hóstia), da eucaristia, por bebidas da região e pão comum ou broa de milho. Por mais ecumênico e adaptado ao meio social que tal atitude se revele, ao mesmo tempo há um choque com os dogmas (afinal, crê-se, a eucaristia teria sido instituída pelo próprio Jesus e, portanto, não pode ser mudada), e com a liturgia (os rituais litúrgicos devem os mesmo no mundo inteiro – a Igreja é católica, isto é, universal).

Que análise faz do pontificado de João Paulo II?

Ainda é cedo para uma profunda avaliação dos 27 anos de pontificado de João Paulo II. Não porque a história só possa ser estudada em relação a um passado remoto. Ocorre que; Primeiro: João Paulo II faleceu há pouco mais de 10 dias. Portanto, ainda não temos conhecimento mais profundo de suas atitudes como Papa e Chefe de Governo do Estado do Vaticano. Somente após a abertura dos arquivos e levantamento de dados poderemos iniciar um estudo competente sobre o significado histórico de sua atuação. Segundo: ainda há um clima emocional muito forte, impedindo que os próprios jornais (que sempre se pretendem imparciais...) tragam informações mais isentas. Posso, se me permitem, emitir uma pequena opinião sobre um tema muito específico. Que João Paulo II foi um forte aliado do governo norte-americano na luta contra o Bloco Soviético, não restam dúvidas. A quebra do Leste Europeu, iniciado pelas transformações na Polônia, nos anos 80, é um fato inconteste e na sua raiz tem , além de outros fatos, a forte atuação da Igreja Católica Romana, sob a direção de João Paulo II. Entretanto, ele agiu como aprendiz de feiticeiro, que sabe conjurar os maus espíritos, mas, depois, não sabe esconjurá-los. Ao lutar tenazmente pela quebra do "comunismo", nas verdade ele colaborou para a quebra do equilíbrio mundial, representado por duas enormes forças que se contrapunham: Mundo Ocidental e Leste Europeu, representados pela OTAN e pelo Pacto de Varsóvia. A partir do momento que não existiu mais esse equilíbrio, o Mundo Ocidental reduziu-se aos Falcões Norte-americanos e a eles nenhuma força hoje pode se contrapor. Agora, é esperar pela longa duração da história, na qual todos os impérios se desmancham no ar. Mas, até lá, teremos que tolerar a estupidez yankee se intrometendo em tudo e em todos os lugares, com suas armas, sua arrogância e sua autoproclamada "sabedoria" de vida. Um dos culpados por isso é, sem sombra de dúvidas, Karol Woythila, o Papa João Paulo II. No futuro, com os arquivos disponíveis, saberemos mais.

Como será, em sua opinião, a eleição do novo papa? Quais os rumos que a Igreja tomará?

No exato momento em que escrevia, ontem, essas respostas, foi eleito Joseph Ratzinger para a chefia da Igreja Católica Romana, com o título, Bento, Papa XVI. O sinal não é animador. Não sou vaticanista e as informações de que disponho são as informações comuns que todos dispõem. Mas, alguns sinais me preocupam. Antes de tudo, o Cardeal Ratzinger era o Prefeito da Sagrada Congregação para a Propagação da Fé (o nome moderno do Tribunal do Santo Ofício). Como tal, ele sempre foi o guardião da ortodoxia e da dogmática, um adversário tenaz da Teologia da Libertação e inimigo de muitas das pesquisas científicas. Ratzinger foi quem promoveu a condenação de Frei Leonardo Boff, brasileiro, de Hans Kung, alemão e outros teólogos mais, pelas discussões teológicas inovadoras que eles promoviam. Muito provavelmente ele continuará nessa mesma linha. Alguns jornais europeus discutiram, logo após o falecimento de João Paulo II, que Ratzinger seria adepto da existência de um catolicismo romano menor, mas forte, do que um catolicismo grande, amplo, mas fraco, diante do crescimento de outras religiões. Enfim, agora é esperar....